

BRASIL: GLOBALIZAÇÃO E MERCADO EXTERIOR

O neoliberalismo no Brasil

A partir de 1970, o desenvolvimento econômico do Brasil, mais uma vez, volta-se parcialmente para fora; agora, no entanto, não mais como exportador de produtos primários, mas de manufaturados. Essa oportunidade se abriu em função da crescente libertação internacional atingindo, sobretudo, o então chamado Primeiro Mundo, só alcançado a periferia a partir de 1980.

O capitalismo atinge uma escala propriamente global. Além das suas expressões nacionais, bem como dos sistemas e blocos articulando regiões e nações, países dominantes e dependentes, começa a ganhar perfil mais nítido o caráter global do capitalismo. É a globalização.

A globalização, entretanto, não é um acontecimento recente. Ela se iniciou já nos séculos XV e XVI, com a expansão marítimo-comercial européia, conseqüentemente a do próprio capitalismo e continuou nos séculos seguintes. O que diferencia aquela globalização da atual é a velocidade e abrangência de seu processo, muito maior hoje. Mas o que chama a atenção na atual fase é, sobretudo, o fato de generalizar-se em vista da falência do socialismo real. De repente, o mundo tornou-se capitalista e globalizado.

De uma forma geral, a globalização corresponde a uma crescente interdependência das sociedades de todos os países do mundo, marcada pelo aumento considerável dos fluxos de mercadorias e serviços, de capitais financeiros, informações, pessoas, idéias, valores, conhecimentos, doenças e criminalidade.

Isso se tornou possível graças à Terceira Revolução Científica ou Tecnológica, que disponibilizou os recursos técnico-científicos e informacionais, tais como transportes mais rápidos, meios de comunicação instantâneos – fax, telefone celular, Internet, televisão a cabo, entre outros, gerando grandes mudanças nos espaços geográficos.

A partir da década de 1990, o governo brasileiro passou a interpretar a globalização de uma forma receptiva, abrindo o mercado para o capital estrangeiro e para as transnacionais e aumentando as importações, com grande prejuízo para a indústria nacional. A política econômica e até mesmo a política social têm sido realizadas segundo as imposições dos países centrais.

Vale lembrar que os países ricos continuam a aplicar o protecionismo, ou seja, protegem seus produtos e o mercado interno, restringindo as importações por meio de tarifas ou de cotas alfandegárias.

Se, por um lado, a empresa privada brasileira deixa de exercer um papel importante no processo de globalização, por outro lado as transnacionais não têm colaborado no desenvolvimento dos países; pelo contrário, ao procurar os países periféricos em virtude de baixos salários, somente aprofundam as questões sociais já desastrosas.

Foi a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) que o neoliberalismo se instalou com mais intensidade no Brasil. Logo após sua posse, anunciou que havia chegado o momento da "modernidade econômica", ou seja, do livre mercado, da redução do papel do Estado e de um amplo programa de privatizações (Programa Nacional de Privatização).

A etapa inicial de privatizações abrangeu, principalmente, os setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. A primeira estatal privatizada foi a Usiminas, em outubro de 1991. A política de privatização prosseguiu atravessando o governo de Itamar Franco (1992-1993) e chegou até os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002). Em outubro de 1994, 34 empresas estatais já haviam sido privatizadas. Em seguida, o programa avançou para outros setores: elétrico, petrolífero e de telecomunicações, criando grandes discussões no Congresso Nacional.

Paralelamente às privatizações, o Brasil se abriu para o exterior, liberando as importações e a entrada de capital estrangeiro nas bolsas de valores.

De 1990 até nossos dias o país vem, portanto, aplicando à economia a "receita neoliberal": desregulamentação; abertura econômica; privatizações de empresas estatais; e diminuição da ingerência do Estado nos negócios.

A conseqüência das medidas implementadas trouxeram conseqüências negativas para o Brasil: desemprego, exclusão social, entre outros.

Comércio exterior

Com freqüência, os jornais publicam matérias sobre o déficit ou o superávit da balança comercial brasileira. E muitas pessoas têm dificuldade em compreender o que isso significa. Os termos *déficit*, *superávit* e *balança comercial* fazem parte de uma área de conhecimento específico.

Por balança comercial compreendemos a relação entre o que um país exporta e o que ele importa. Quando o total das exportações é superior ao total das importações, o saldo é positivo. Dizemos, então, que há um superávit comercial. Quando as importações superam as exportações, o saldo é negativo. Nesse caso ocorre um déficit comercial. Portanto, a balança comercial favorável (saldo positivo) ou desfavorável (saldo negativo) indicará a diferença entre as exportações e as importações de uma nação.

As características do comércio exterior brasileiro, acompanharam as mudanças da participação do nosso país na divisão internacional do trabalho (DIT). A princípio como colônia (1500-1822) e depois como país subdesenvolvido, os principais itens da nossa pauta de exportações foram produtos primários (açúcar, ouro e café). Com o início do processo de industrialização na década de 1930, além dos produtos do setor primário, o Brasil passou a exportar também produtos do setor secundário. Do mesmo modo, excluiu de sua lista de

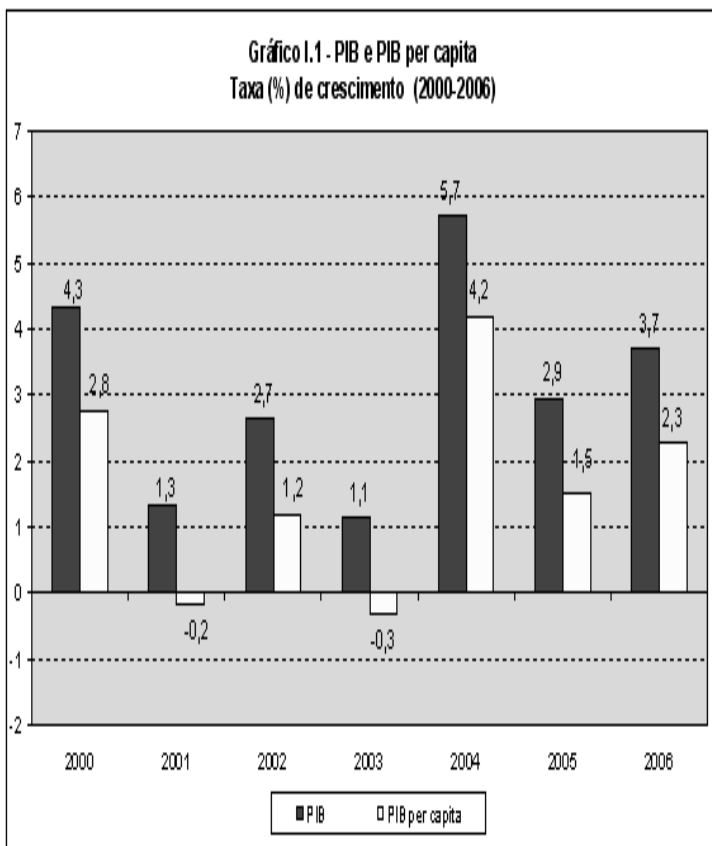
bens importados muitos produtos que começou a industrializar.

Da década de 1930 até hoje, a política do governo brasileiro com relação ao comércio exterior teve dois períodos distintos: 1930/1990, substituição de importações, quando o país adotou o modelo que consistiu em fabricar no próprio país o que antes importava. A política desse período foi o protecionismo, isto é, taxar produtos importados para que não competissem com os bens produzidos pela indústria nacional; e 1990/periódodo atual, liberalização de importações, quando houve uma maior abertura da economia e a maior parte das empresas perdeu proteção governamental, por outro lado, teve de se tornar mais competitiva para buscar mercados cada vez mais exigentes.

De 1994 a 2000 a balança comercial do Brasil apresentou déficit. Um dos fatores responsáveis foi o Plano Real, criado em 1994, que valorizou a moeda nacional e facilitou a entrada de produtos estrangeiros mais competitivos que os nossos, por serem mais baratos e, muitas vezes, por representarem o “novo” em relação aos já conhecidos produtos nacionais.

Outros fatores responsáveis por esse déficit são chamados genericamente de “custo Brasil”.

O Brasil teve um crescimento acumulado de 3,7% ao longo dos quatro trimestres de 2006, e um PIB a preços de mercado de R\$ 2.322,8 bilhões. Já o PIB per capita cresceu 2,3% no período, e atingiu R\$ 12.437,00.



Com o novo cálculo do PIB, o Brasil passou a ocupar a 10ª posição do ranking das maiores economias do mundo. O PIB brasileiro é de US\$ 882,13 bilhões de dólares. Em primeiro lugar aparecem os Estados Unidos com um PIB de US\$ 12,486 trilhões de dólares e o Japão é o segundo com US\$ 4,571 trilhões de dólares. Veja a tabela que mostra a variação do crescimento do PIB e PIB per-capita no período de 2000/2006

Os principais parceiros comerciais do Brasil, considerando o valor das exportações (isto é, os principais compradores dos produtos brasileiros), são os Estados Unidos, seguidos da Argentina, Países Baixos, Japão, Itália, França, México e Reino Unido. A União Européia é o nosso maior parceiro regional.

Quando se considera o valor das importações, ou seja, os países de procedência dos produtos importados, os principais parceiros comerciais do Brasil são os Estados Unidos, seguidos da Argentina, Alemanha, Japão, Itália e França.

É interessante observar que tem ocorrido uma alteração da importância de tradicionais parceiros comerciais no conjunto do comércio exterior brasileiro.

Na década de 1960, por exemplo, os Estados Unidos eram responsáveis por mais de 50% do valor total das exportações e das importações do Brasil. A sua participação, hoje, decresceu para 24%, no caso das exportações e para 23% no caso das importações. Embora aquele país ainda continue ter uma grande participação no comércio exterior brasileiro, o Brasil tem procurado abrir novos mercados para os seus produtos.

Por meio de uma política exterior mais agressiva, nos últimos anos o Brasil tem estreitado laços comerciais com a Índia, a África do Sul, países do Oriente Médio e principalmente com a China, mercado amplamente cobiçado por todos os países do mundo, devido a seu contingente populacional de 1,3 bilhão de pessoas, que representa 20% da população mundial.

Apesar de os produtos industrializados representarem 65% do valor da pauta de exportação do Brasil, pouco representam em valor agregado e em renda. Dessa forma, não basta somente exportar; é necessário também ampliar a exportação de produtos sofisticados do ponto de vista tecnológico, pois estes são justamente o que possibilitam o aumento do índice do valor agregado. Entretanto, isso somente é possível por meio do desenvolvimento de empresas e tecnologias nacionais.

Risco Brasil e Custo Brasil

O “Risco Brasil” e o “Custo Brasil” são medidas hipotéticas de análise do Brasil, relacionadas, respectivamente, com o investimento financeiro e com o investimento produtivo, em comparação com o resto do mundo. Em outras palavras, medidas comparativas do Brasil em relação a outros países para facilitar a decisão do investidor de trazer recursos para investir em ações ou títulos brasileiros ou na produção dentro do nosso País.

✓ *O que é o “Risco Brasil”?*

O risco financeiro de todos os países de economia aberta é medido por várias instituições internacionais, levando em conta indicadores como o tamanho da dívida pública (externa e interna), a sua capacidade de pagamento, o tamanho do déficit público (receitas do governo menos despesas, quando o resultado for negativo. Quando positivo, diz-se superávit), a magnitude das taxas de juros e da taxa de câmbio (valor do dólar) e outros indicadores. Em suma, no chamado “Risco País” é analisado o grau de instabilidade econômica do país. Em nosso caso, diz-se “Risco Brasil”.

Imagine você na situação de um investidor financeiro que não conhece o Brasil com capital na mão para investir em vários países (hoje, o investimento é globalizado e “on line”, ou seja, realizado instantaneamente através de sistemas informatizados de alta tecnologia) e tem que decidir em pouco tempo. Como tomar uma decisão? Você investiria seus recursos em títulos públicos de um país que não conhece e que, segundo a classificação de risco, pode não honrar seus compromissos?

✓ *O que é o “Custo Brasil”?*

A grosso modo, o “Custo Brasil” é o custo de se produzir no Brasil. Não há uma tentativa de medida tão concreta quanto à do “Risco Brasil”, mas é uma medida mais facilmente compreendida, porque existe de fato internamente e é sentida claramente por todos os empreendedores.

Do mesmo modo que o investidor produtivo nacional faz as contas para decidir se prefere investir em ações ou títulos ou montar/investir em uma empresa, o investidor estrangeiro também fará suas contas para verificar qual país tem mais condições de lhe render um lucro maior na sua produção, levando em consideração diversos fatores. É o chamado investimento direto. E isto inclui tanto os cenários nacionais e os internacionais, ou seja, tudo o que acontece no Brasil e no mundo.

Se a mão-de-obra barata e os impostos baixos, facilita o empreendimento. Se os insumos são facilmente adquiridos/explorados/transportados, já é uma grande vantagem. Se o mercado é promissor, aí o maior passo está dado. Se o câmbio e a inflação estão controlados e as taxas de juros baixas, o conjunto está completo. Estes são os principais fatores que afetam a decisão do empreendedor a investir ou não em um país.

A realidade do Brasil em relação a medidas de custo de outros países é boa em alguns fatores e ruim em outros. Em se tratando de impostos, o “Custo Brasil” é muito alto. Temos uma das maiores cargas tributárias do mundo. Quanto ao custo da mão-de-obra e a facilidade de obtenção de recursos naturais, não temos do que nos queixar quando comparamos o Brasil com outros países. Já na infra-estrutura de transportes, por exemplo, não estamos entre os países mais desenvolvidos, embora tenhamos uma das maiores malhas rodoviárias do

planeta. E o fornecimento de energia não é seguro, haja vista o período de racionamento vivido em 2001.

✓ *Dívida externa brasileira*

A dívida externa do Brasil corresponde à soma dos débitos externos do Brasil. Em setembro de 2006, somando-se as parcelas pública e privada, a dívida externa brasileira atingiu o valor de US\$ 159,56 bilhões. Para efeito de comparação, esse valor era de US\$165,2 bilhões no ano de 2003.

O primeiro empréstimo externo do Brasil foi obtido em 1824, no valor de 3 milhões de libras esterlinas e ficou conhecido como “empréstimo português”, destinado a cobrir dívidas do período colonial e que na prática significava um pagamento a Portugal pelo reconhecimento da independência. Depois disso o Brasil, independente, passou a ter mais e mais dívidas como em 1906 com o “Convênio de Taubaté”, um acordo feito com os governadores de MG, RJ e SP, que, a partir de empréstimos tomados no exterior, comprariam e estocariam o excedente da produção de café.

A continuidade do pagamento da dívida externa é muito questionada no Brasil por alguns grupos e estudiosos, que denunciam o fato de que a dívida “já foi paga várias vezes”, mas por causa dos juros, quanto mais se paga, mais ela aumenta. Denunciam também o fato de que os encargos governamentais com pagamentos de dívidas comprometem o orçamento das áreas sociais

No final de 2005, o Brasil antecipou o pagamento da dívida com o FMI no valor de 15,5 bilhões de dólares. O cronograma original da linha de empréstimo previa que, desse total ainda devido ao FMI pelo Brasil, 7 bilhões de dólares seriam pagos em 2006 e 8,4 bilhões de dólares em 2007.

Além do FMI, O Brasil quitou sua dívida de US\$ 1,7 bilhão com o Clube de Paris em fevereiro deste ano. O Clube de Paris é uma instituição informal que reúne países credores. O Brasil tornou-se devedor do Clube em 1983, quando reestruturou sua dívida externa.

Em fevereiro de 2008, o Banco Central estimou que as reservas internacionais já superaram o total da dívida externa e que, dessa forma, o Brasil tornou-se um credor externo pela primeira vez. Essa condição deve-se à melhora das contas externas desde 2003, segundo análise que consta do boletim “Indicadores de Sustentabilidade Externa do Brasil - Evolução Recente”, divulgado nesse período.

A dívida líquida externa passou de US\$165,2 bilhões, ao final de 2003, para US\$ 4,3 bilhões, estimativa para 2007. No primeiro mês de 2008, já se estima que esse montante se tornará negativo em mais de US\$ 4 bilhões, significando que, em termos líquidos, o país passou a credor externo, fato inédito em nossa história econômica”, relata o documento.

A dívida externa total líquida resulta quando se reduz da dívida externa bruta os ativos que o país possui no exterior, que basicamente são as reservas internacionais.

✓ *O Mercosul e a Alca*

A mundialização da economia capitalista é um processo que se intensifica nos dias atuais. A formação dos grandes monopólios capitalistas, denominados transnacionais que operam a unificação mundial do capital em diferentes localidades, é a expressão moderna da etapa monopolista do capital mundial.

A globalização da economia comporta, a incorporação da mão-de-obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada (internacionalização da produção), como também a do mercado financeiro internacional caracterizado pela unificação dos capitais nacionais e estrangeiros. O sistema de economias nacionais características do capitalismo concorrencial foi cedendo lugar à formação do mercado mundial, com a crescente necessidade de os Estados e as empresas se adaptarem aos novos padrões produtivos gerados pela Terceira Revolução Industrial.

Contudo, cabe ressaltar que, no bojo desse processo, e como sua expressão geográfica mais visível, ocorre também a formação de blocos geoeconômicos em todo o mundo. Ou seja, diversos países se reúnem em blocos para se fortalecer economicamente diante dos quadros competitivos que a globalização impõe.

Podemos considerar diferentes graus de integração entre as diversas associações:

⇒ Zona de livre-comércio: Nesse tipo de bloco a intenção é apenas criar uma área de livre circulação de mercadorias e capitais. Ex.: Nafta – Acordo de Livre-Comércio da América do Norte;

⇒ União aduaneira: Além da zona de livre circulação de mercadorias e capitais, na união aduaneira é usada uma tarifa externa comum (TEC) em relação a países que não pertencem ao bloco. Ex.: Mercosul – Mercado Comum do Sul;

⇒ Mercado comum: Além de apresentar as mesmas características das associações anteriores, o mercado comum compreende a livre circulação de pessoas e a padronização das legislações econômica, trabalhista, fiscal e ambiental. Ex.: União Européia até dezembro de 1998;

⇒ União política e econômica: Atual estágio da União Européia, após a adoção da moeda única, o euro em 1º de janeiro de 2002.

Para compreender melhor como funciona os blocos econômicos, veja o significado de algumas expressões usadas para defini-los:

⇒ Tarifa: É o imposto cobrado para a entrada de mercadorias em um país;

⇒ TEC – Tarifa Externa Comum: É uma tarifa comum, cobrada por um grupo de países que, na qualidade de sócios,

exigem o mesmo imposto à entrada de mercadorias provenientes de países que não fazem parte do bloco;

⇒ Dumping: É a venda em um mercado estrangeiro de um produto a preço “abaixo de seu valor justo”, geralmente menor do que o preço cobrado pelo produto dentro do país exportador, ou quando é vendido para outros países. De modo geral, o dumping é reconhecido como uma prática injusta de comércio, passível de prejudicar os fabricantes de produtos similares no país importador;

⇒ Subsídios: São benefícios econômicos que um governo concede aos produtos de bens, muitas vezes para fortalecer sua posição competitiva. O Subsídio pode ser direto (subvenção em dinheiro) ou indireto (crédito à exportação com juros baixos, por exemplo).

Por meio do fortalecimento de sistemas comerciais multilaterais que facilitam o acesso mais amplo e não-discriminatório a todos os mercados, atualmente as economias nacionais buscam participar da globalização ou mundialização do capitalismo por intermédio da formação de blocos econômicos regionais.

Assim, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em março de 1991, o Tratado de Assunção, constituindo o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O objetivo inicial era criar uma zona de livre comércio entre seus países-membros, estabeleceram-se objetivos mais ambiciosos, por meio da criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC), que valeria para as relações comerciais com os países que não faziam parte do bloco. A partir de então, o bloco evoluía para uma união aduaneira, o que se deu efetivamente com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994.

Chile e Bolívia tornaram-se países associados, e, em 1996, foi a vez do Peru.

Durante a XXVI Reunião do Conselho do Mercosul, em 2004 na cidade de Porto Iguazu, Argentina, decidiu-se que a Venezuela integraria o bloco como um país-membro. Esse foi o período de maior crescimento e projeção do Mercosul. Até 2010, a Venezuela tem que se adaptar à Tarifa Externa Comum (TEC) e se integrar totalmente à união aduaneira.

O Mercosul é hoje uma realidade econômica de dimensões continentais. Somando uma área total de pouco menos de 12 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a mais de quatro vezes a União Européia, o Mercosul representa um mercado potencial de 200 milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de 1 Trilhão de dólares, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo, logo atrás do Nafta, União Européia e Japão.

A implantação do Mercosul dinamizou o comércio entre os seus países-membros. Antes de sua formação, eles eram parceiros comerciais modestos e também competiam entre si na conquista de mercados externos.

Acredita-se que esse mercado regional deva expandir-se. Encontram-se em curso negociações com o objetivo de ampliar ainda mais a sua abrangência, contemplando a liberalização de serviços como, por exemplo, o

reconhecimento dos diplomas universitários e a participação de empresas em concorrências públicas dentro do bloco.

Em 1989, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush lançou um projeto ambicioso, a *Iniciativa para as Américas*, pretendendo formar uma vasta zona econômica ou zona de livre comércio estendendo-se desde o Alasca até a Terra do Fogo. A zona econômica abrangeria 34 dos 35 países do continente. A exceção seria Cuba, que há mais de quarenta anos sofre sanções econômicas e políticas dos Estados Unidos, em razão de sua adesão ao socialismo e da nacionalização dos investimentos norte-americanos na ilha.

Após o lançamento, surgiram muitas controvérsias envolvendo a questão. Muitos acreditam que a formação da Alca beneficiará a todos os países americanos. Contudo, alguns analistas e especialistas brasileiros em comércio exterior, assim como de outros países, apontam para vários problemas de difícil solução numa integração abrangente como esta.

Alguns questionam se não estamos diante do velho imperialismo dos Estados Unidos, agora sob a máscara neoliberal e sob os argumentos da economia global.

Não resta dúvida de que, em contrapartida, o mercado dos Estados Unidos também seja cobiçado pelos demais países. Além de ser de grande poder aquisitivo, é o maior representante da cultura do consumismo desenfreado.

Comparativamente aos demais países americanos, os Estados Unidos encontram-se num nível muito elevado de estrutura econômica, de produtividade, de desenvolvimento científico e tecnológico, de competitividade comercial e de renda de seus consumidores, que evidentemente garantem grande peso nas negociações.

Negociar com os Estados Unidos é extremamente difícil, pois trata-se da principal economia do mundo com um poder de influência desmedido, assim, como também é desmedida a sua capacidade de retaliações comerciais, diplomáticas e financeiras.

Enquanto os Estados Unidos não flexibilizarem sua postura no que se refere aos subsídios agrícolas e ao Acordo Anti-dumping, os países latino-americanos, especialmente os membros do Mercosul, não se mostrarão dispostos a aceitar a Alca ampla ou abrangente.

